



FL·UC/1911·2011

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CERIMÓNIA DE DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*
Elogio do apresentante Eduardo Lourenço

Magnífico Reitor Cancelário
Senhor Director da Faculdade de Letras
Senhor Ministro da Educação e Ciência
Excelentíssimas Autoridades Académicas, Civas, Militares e Religiosas de Portugal e da República Democrática de Timor-Leste.
Caros colegas: Doutores, Assistentes, Leitores e Investigadores
Senhores Membros do Conselho Geral e do Senado
Prezados Estudantes
Senhores Funcionários
Minhas Senhoras e Meus Senhores

A Universidade de Coimbra abre hoje de par em par as portas da sua Sala Grande dos Actos para, em ambiente festivo e com a pompa e solenidade que a circunstância exige e merece, acolher no seu claustro doutoral a personalidade insigne de Kay Rala Xanana Gusmão. Mais uma vez, pois, se repete aquele ritual pleno de significado em que a *Alma Mater* se reencontra com o melhor de si própria, honrando-se na honra que confere.

Fá-lo, em tempos que todos sabemos mais do que nunca difíceis. Difíceis não apenas pelas consequências recessivas do contexto político e económico actual, que ameaçam atingir duramente a própria substância do funcionamento corrente da instituição e drasticamente cerceiam muitas das possibilidades de afirmação e crescimento sem as quais a procura da excelência se torna ilusória, incluindo a margem de experimentação e de risco inerente à produção do conhecimento em contextos de investigação avançada; mas tempos difíceis também porque há muito a universidade tem vindo a ver-se condicionada por critérios de eficácia e de rentabilidade medidos por padrões puramente instrumentais e, no limite, de mero cálculo financeiro, que pouco ou

nada têm que ver com a missão originária de uma *universitas* ciosa da autonomia que lhe permite definir caminhos próprios, mesmo que aparentemente ex-cêntricos, e lhe confere a capacidade de explorar domínios do conhecimento e de definir áreas de formação cuja produtividade está muito para além do imediato e do conjuntural – a capacidade, em suma, tanto de arrumar como de desarrumar o universo do conhecimento, abrindo assim as portas para a inovação fecunda que não cabe nunca em limites estreitos, antes, e cito agora Eduardo Lourenço, exige a possibilidade de errância, “o gosto da disputa, da dúvida, da curiosidade”, “a exigência infinita de saber”.

É verdade que, devendo ser autónoma, a Universidade não pode ser autárquica, o que significa que ela não faz sentido fora de uma relação íntima e comprometida com a sociedade, um compromisso que inclui, nomeadamente, a obrigação, a todo o momento, de prestar contas relativamente aos recursos que reclama e utiliza. Mas se, para ser autenticamente Universidade, ela tem de ser do seu tempo e para o seu tempo, esse tempo tem que significar muito mais do que o tempo de uma sobrevivência mesquinha e sem horizontes, antes há-de ser o tempo de construção de um espaço de permanente aprendizagem da liberdade e da cidadania, um espaço de educação para a complexidade de um mundo que está muito para além da equação simples do deve e do haver ou dos esquematismos grosseiros do governo das gentes como se se tratasse da administração das coisas.

Momentos como o que estamos a viver nesta sala recordam-nos que essa universidade é possível e que não estamos, na verdade não estamos, inapelavelmente condenados ao destino daquela a que, num texto já clássico, Bill Readings chamou a universidade em ruínas. É possível a universidade sem condições, a universidade incondicional da utopia de Jacques Derrida, enquanto, e recorro as palavras do filósofo francês, “lugar de resistência crítica – e mais do que crítica – a todos os poderes de apropriação dogmáticos e injustos”.

A presença de Xanana Gusmão nesta Sala Grande dos Actos em que, dentro em pouco, irá receber as insígnias doutorais coloca perante nós a coerência de todo um percurso que, não tendo decorrido num âmbito académico, foi, no entanto, sendo construído na obediência intransigente a valores que, em essência, não são diferentes dos invocados por Derrida. Das montanhas de Timor Lorosae às masmorras indonésias e, chegada a hora longo tempo ansiada do nascimento da

nova nação timorense, ao exercício dos mais altos cargos públicos, num exemplar espírito de serviço, pode dizer-se, parafraseando o filósofo, que Xanana Gusmão de mais não se ocupou senão da “resistência crítica a poderes de apropriação dogmáticos e injustos”, mesmo se, não sendo bastante a arma da crítica, tal implicou o recurso inevitável à crítica das armas. E, assim, foi levantando sempre bem alto os valores essenciais da liberdade, da justiça e da cidadania plena que eu há pouco definia como constituindo também insígnias perenes e imarcescíveis da instituição universitária.

Mas dos muitos méritos do arquitecto e construtor de uma nação se ocupou já, com brilhante eloquência, o meu preclaro colega e amigo José Augusto Cardoso Bernardes. A mim, cabe-me a tarefa, não menos honrosa e infinitamente grata, de aqui vos trazer o louvor do Apresentante, Eduardo Lourenço. Faço-o com a consciência plena de que não me chegarão nem o tempo nem as forças para desenhar um retrato capaz de fazer minimamente justiça a uma obra inesgotável na riqueza poliédrica das suas múltiplas facetas. Mas faço-o no humilde e sincero espírito de gratidão que todos os que amam a língua e a cultura portuguesas seguramente comigo partilham. Argumentar-se-á que sobre Eduardo Lourenço já tudo foi dito. Pode ser que sim. Mas, como sempre acontece quando se trata de espíritos de primeira grandeza, seguramente muitíssimo há ainda a dizer no que já foi dito. E, assim, de bom grado tomo sobre mim em sentido positivo as consequências do dito de Schiller sobre os comentadores de Kant: “quando os reis edificam, dão trabalho aos carreiros”.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra traz consignado nos seus Estatutos, tal como consignara já no seu Plano Estratégico, um compromisso explícito com uma concepção dos saberes humanísticos como espaço, por definição dialógico e multidisciplinar, de um pensamento crítico aberto para a interrogação de tudo o que respeita ao ser humano no tempo e no espaço em que lhe foi e é dado viver. Resulta daqui que o modelo de interpelação das Humanidades não se esgota nunca na pergunta pela racionalidade objectiva do conhecimento, está sempre por igual preocupado com a pergunta pela moralidade subjectiva da acção. É neste problema da relação entre conhecimento e acção, entre razão e ética, um problema central do Iluminismo, que reside um dos essenciais núcleos futurantes da ideia das Humanidades. Defende Boaventura de Sousa Santos que o que há de futuro

nas Humanidades “é terem resistido à separação sujeito/objecto”. Aqui reside a vulnerabilidade, mas também a força insubstituível de um conjunto de saberes sem os quais não é possível pensar um futuro para a Universidade – ou, vale dizer, para a Humanidade. São saberes estes auto-reflexivos, no sentido em que são capazes de se interrogar a todo o momento sobre as suas próprias premissas, em que não podem interpelar o sujeito e o mundo sem se interpelarem, do mesmo passo, a si próprios. Configuram-se, assim, nas suas formulações mais estimulantes, como um pensamento fronteiro, aberto para a diferença e a não-identidade e avesso às verdades últimas, na consciência de que em toda a reflexão há sempre um resto inacessível a partir do qual novas interrogações se fazem presentes.

Ouso julgar que Eduardo Lourenço não se sentirá mal nesta vizinhança e poderá reconhecer-se amplamente nesta concepção das Humanidades como pensamento de fronteira. Não é outra, parece-me, a situação do seu próprio pensamento e a raiz última do gesto ensaístico que define todo o seu percurso intelectual desde o momento mais recuado, inicial, da publicação, em 1949, de *Heterodoxia I*. Afinal, não se define ele a si próprio como “alguém para quem o conceito de verdade se tornou um conceito de interrogação permanente”? E não foi ele também que delimitou como “a questão fundamental” de toda a reflexão no presente “o problema do homem no tempo”?

Não é possível – inúmeros comentadores o têm vindo a sublinhar, e o próprio autor o tem reiteradamente expresso – não é possível entender Eduardo Lourenço sem o situar devidamente no “rio luminoso” do seu ensaísmo, para citar uma expressão de Eduardo Prado Coelho. Mas o que significa esse rio? Num estudo clássico sobre a forma do ensaio, Theodor Adorno oferece alguns elementos de definição que são de absoluta pertinência: “O ensaio faz justiça à consciência da não-identidade, sem que tenha de o formular de modo explícito; é radical no não-radicalismo, na renúncia a toda a redução a um princípio, na acentuação do particular perante a totalidade, no carácter fragmentário”. “O ensaio” acrescenta ainda Adorno um pouco mais adiante, “recusa-se à violência do dogma”.

Por outras palavras, o ensaio é a forma apropriada a um pensamento heterodoxo; por isso também assume tão facilmente o registo da polémica e por isso constitui uma irritação permanente para todas as ideologias totalizantes. É que o ensaio não se sente obrigado a explicar

as suas premissas, recusa um conceito tradicional de método, sabe ser denso e elíptico, porque sabe também que a transparência do discurso é uma miragem ideológica e que a tarefa do crítico, lapidariamente definida por Karl Kraus, consiste em “ensinar a ver abismos onde só havia lugares comuns”. É casuístico, no sentido em que retira a sua força da capacidade de penetrar livremente e sem pressupostos no objecto que escolheu; é prismático, porque recusa a univocidade da perspectiva e se compraz na experimentação e na procura de ângulos múltiplos de análise, abrindo-se à possibilidade de regressar sempre de novo a uma outra iluminação do seu objecto; é omnívoro na sua curiosidade abrangente, porque nada lhe parece demasiado insignificante para merecer atenção crítica; é, enfim, a um tempo frágil e poderoso, porque infinitamente consciente da sua própria precariedade e fragmentariedade, mas, simultaneamente, seguro da sua potência crítica e interrogativa.

Julgo que estive a descrever sumariamente aspectos essenciais do ensaísmo de Eduardo Lourenço e, ao mesmo tempo, a mostrar como esse ensaísmo se insere no melhor de uma tradição europeia que tem os seus momentos matriciais em Montaigne e Bacon. Será verdade, como escreve o próprio Eduardo Lourenço, numa expressão que nem por surgir por vezes matizada deixa de se afirmar com força recorrente, será verdade que “nenhum ensaísmo é feliz?”? Nessa dimensão trágica o sinto muito próximo de um outro gigante do século XX, Walter Benjamin. Na verdade, o lugar do ensaísta está frequentemente muito próximo do olhar melancólico do anjo da História de Walter Benjamin, arrastado pelo vento de um falso progresso para um futuro que não deseja, porque não lhe parece senão a repetição do passado, ao mesmo tempo que mantém a visão fixa nas ruínas de um passado catastrófico que não poderá nunca redimir. Mas, se trágico há, há também, paradoxalmente, optimismo. De outra forma, como entender a energia incansável que move a escrita de Eduardo Lourenço e faz dela não apenas um modo de pensamento, mas, igualmente, um modo de acção? Na verdade, uma das marcas mais fortes desse pensamento e da actividade ensaística que o sustenta e lhe dá forma poderia definir-se como a preocupação com o contemporâneo e com a construção do contemporâneo. Aplica-se-lhe inteiramente a definição de Giorgio Agamben que me permito citar: “Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem

está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inactual; mas, exactamente por isso, exactamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo.”

O olhar do estrangeirado que, na verdade, nunca foi, a não ser porventura no sentido em que a ausência física lhe terá propiciado algum distanciamento relativamente à espuma do quotidiano do país de que voluntariamente se afastara, corresponde na perfeição às exigências desta procura do contemporâneo. É que, no sentido que referi, o contemporâneo é em tudo o contrário do presente fugaz da actualidade, antes traduz uma semântica densa do tempo histórico no âmbito da qual o presente se converte naquela *Jetztzeit*, naquele tempo-do-agora prenhe de significação conjurado por Walter Benjamin. É assim que a obra de Eduardo Lourenço pode ser entendida como uma polémica permanente contra as múltiplas formas de “evacuar o presente, e não o compreender”, que evoca numa entrevista do final dos anos 80. Compreende-se que seja esta uma das raízes mais fortes daquela heterodoxia que acabou por ficar como imagem de marca de uma atitude intelectual que leva a uma intervenção constante, mas, muitas vezes, conscientemente inactual, no sentido em que o ensaísta, ao intervir sobre o presente, preserva intacta a sua capacidade de crítica a partir de uma visão que funciona, literalmente, a contrapelo das verdades comuns ou dos consensos fáceis.

A revolução do 25 de Abril, a irrupção de um tempo novo, abriu de par em par as portas para um período dos mais densos, em que a urgência do presente exigia e urgia a presença pública do intelectual. Ao arrepio do “silêncio dos intelectuais” que Lourenço repetidamente diagnosticou com espanto e perplexidade manifestos, a sua intervenção foi, como é sabido, extremamente intensa, aproveitando em pleno a possibilidade enfim conquistada de uma esfera pública livre e inserindo-se totalmente nos conflitos que dividiam profundamente a sociedade portuguesa daqueles anos. São textos que quem quiser entender a nossa história recente não poderá deixar de revisitar, e que podem ser lidos em parte em colectâneas como, entre outras, *O fascismo nunca existiu* (1976), um título tantas vezes comicamente mal compreendido, ou *O complexo de Marx* (1979).

Alguém mais desatento poderia surpreender-se com a intensidade e o volume da intervenção política desses anos. Mas, na verdade, como

a publicação próxima das obras completas de Eduardo Lourenço irá revelar, ela corresponde a um traço definidor em absoluto do perfil intelectual do ensaísta e vinha afinal na linha de uma intervenção política anterior invulgarmente insistente e profunda para a época, documentada, por exemplo, nos muitos ensaios ainda inéditos sobre o colonialismo e a Guerra Colonial escritos nos anos sessenta.

No fim de contas, a intervenção pública no pós-25 de Abril mais não testemunhava afinal do que uma característica essencial do pensamento de Eduardo Lourenço, a sua capacidade de atenção permanente e a sua sensibilidade sismográfica, servidas por uma cultura vastíssima e por um universo de referências portentoso. Na verdade, o que essa múltipla intervenção pública revela é a afirmação de um intelectual que vem à praça pública armado, não da arrogância do *praeceptor*, mas dos frutos do trabalho paciente da reflexão e da palavra, sem outro poder senão o do amor à procura da verdade. Uma das marcas dessa atitude de quem, para usar a conhecida distinção de Zygmunt Bauman, recusa a posição do legislador para assumir o papel do intérprete, está na invulgar atenção aos outros e, antes de mais, às condições do diálogo, assumindo como primeiro dever do intelectual o de manter limpo e aberto o campo da comunicação pública e o espaço do intercâmbio colectivo. Mesmo nas condições mesquinhas da esfera pública do período fascista, esta preocupação é bem manifesta. Num texto julgo que pouco conhecido, publicado em 1956 no jornal *O Comércio do Porto*, Eduardo Lourenço traçava o diagnóstico da “atenção distraída que o público nacional e os próprios intelectuais se prestam uns aos outros”. E acrescentava palavras sobre cuja actualidade muito haveria que reflectir, ao apontar como “regra comum da nossa vida espiritual” o ser “constituída por uma pluralidade de diálogos com uma cultura de tipo cosmopolita, a qual se traduz no plano interior por uma autêntica multiplicidade de monólogos”.

A atenção de Eduardo Lourenço é tudo menos distraída e, por isso, é visceralmente dialógica e dialogante, alheia ao cosmopolitismo provinciano que, a justo título, diagnostica como traço de inferiorização da nossa vida intelectual. É essa atenção e a extrema lucidez que a acompanha que lhe permite, em momentos-chave, um modo de exercício da crítica em que, parafraseando Immanuel Wallerstein, mais do que repensar os seus temas, se trata de os des-pensar, *unthink*, isto é, de recusar as regras do jogo estabelecidas e, em sua vez, propor outras que

lhe permitem colocar o âmbito da reflexão num patamar mais profícuo, evitando os impasses e armadilhas inerentes aos lugares comuns correntes e pondo, assim, de novo em movimento o que estava estagnado.

Um desses momentos-chave e um marco no panorama intelectual português do século XX foi, sem sombra de dúvida, a publicação de *O Labirinto da Saudade*, em 1978. O programa, tal como formulado pelo próprio texto, não podia ser mais basilar. Recordo: “chegou o tempo de nos vermos tal qual somos”. Mas esta simples frase, na sua urgência e exigência, tinha consequências de um alcance inesgotável. O mais tardar com a publicação de *O Labirinto da Saudade*, tornou-se patente em que medida o pensamento de Eduardo Lourenço sobre Portugal tinha como uma das ideias mais centrais o diagnóstico do crónico desfasamento entre o “excesso de interpretação mítica” em que se sustenta todo um imaginário colectivo e a realidade do país e da história do país. A psicanálise mítica de Lourenço constitui, assim, uma proposta forte de desconstrução da “hiper-identidade” fantasmática que tem sistematicamente fundado as diferentes ficções que de si mesmos os Portugueses foram construindo. Bem de mais sabe Eduardo Lourenço que os fantasmas mais obsidianes e mais difíceis de dominar são aqueles que, expulsos pela porta da frente, de novo se insinuaram pela porta das traseiras. E que, portanto, o trabalho da crítica nunca está esgotado, antes constitui um compromisso permanente.

A mesma matriz desconstrutiva, aplicada, em inúmeros ensaios posteriores, ao caso português, serve de chave para a interrogação das relações entre “Nós e a Europa”, tal como serve para o desenvolvimento de uma profunda reflexão sobre a Europa e o Ocidente, em obras como a que acabei de citar ou, entre outras, em *A Europa desencantada. Para uma mitologia europeia*, ou, mais recentemente, *A morte de Colombo. Metamorfose e fim do Ocidente como mito*. Aqui, na verdade, como escreveu Roberto Vecchi, o modelo desenvolvido a partir da reflexão sobre a crise portuguesa permite abordar criticamente a crise geral de um continente atormentado também ele por uma não-coincidência entre a realidade e a sua auto-representação.

Mas esgota-se-me o tempo fixado e, entre muitos aspectos que mereceriam demorada atenção, mas terei de deixar omissos, não me referi ainda a uma questão central que não pode deixar de ser abordada, já que constitui o eixo decisivo do contributo originalíssimo de Eduardo Lourenço para a cultura do nosso tempo. De facto, na pluralidade de

territórios em que se inscreve o pensamento sempre em errância de Eduardo Lourenço – da filosofia à estética, da crítica literária e cultural à filosofia política – sem dúvida que (constitui quase uma banalidade dizê-lo) o lugar central é o ocupado pela literatura e, dentro desta, mais especificamente, pela poesia, numa acepção, é verdade muito ampla do termo. São, consabidamente, absolutamente capitais as suas abordagens inovadoras, seja de períodos da nossa história literária como o Romantismo ou o Modernismo, seja de dinâmicas geracionais em momentos-chave da história da cultura portuguesa, como a da geração de 70, do grupo de *Orpheu* ou da geração presencista, seja de inúmeros autores, de Gil Vicente até ao presente, com especial demora em estrelas maiores do seu e do nosso firmamento, como Camões, Antero ou, sobretudo, esse Fernando Pessoa que, numa fórmula felicíssima, cognominou de rei da nossa Baviera, e a quem dedicou estudos luminosos. A Pessoa, liga-o, patentemente, uma fortíssima afinidade electiva cujo fundamento não é difícil de averiguar: enquanto “desarrumador definitivo” – a expressão é de Eduardo Lourenço – o poeta de *Orpheu* pertence à mesma família do seu crítico; e nele, nesse autodenominado “indisciplinador de almas”, o crítico encontra não só aquela capacidade de desestabilização permanente dos lugares comuns que corresponde à sua vocação mais profunda, mas também uma concepção da poesia como pensamento e da poesia como mundo que vem inteiramente ao encontro da sua própria visão. É que, como podemos ler no prefácio a *Tempo e poesia*, de 1974, e como surge reiterado em tantos outros passos, para Eduardo Lourenço, a crítica reivindica o estatuto de uma função poética e o lugar do crítico não é, não pode ser, outro senão o da fronteira que separa e une ao mesmo tempo filosofia e poesia.

É, assim, também ou talvez sobretudo como acto poético que poderá definir-se a obra que, na extrema e rara coerência de um percurso intelectual de muitas dezenas de anos, Eduardo Lourenço nos ofereceu. Se, como lhe ouvi uma vez na nossa Biblioteca Joanina, em discurso belíssimo e fundamente comovedor que nunca poderei esquecer, se Eduardo Lourenço, autodenominado “místico sem fé”, sonha apresentar um dia a Deus, desembulhada das infindáveis tiras de papel em que foi ficando oculta, a alma que subsistiu, intacta, no cerne do muitíssimo que leu e escreveu – essa alma, não tenho dúvidas, é a alma do poeta.

Magnífico Reitor Cancelário:

Quem senão um homem de cultura e um intelectual com a estatura ímpar do autor de *O Labirinto da Saudade* poderia ser indicado para vir hoje à casa que é também sua acompanhar o doutorando nesta hora iniciática? Desenhei a traços largos, em pálido esboço, os méritos e qualidades do apresentante. Não são menores os méritos do doutorando. Por esses méritos e pela garantia do Apresentante, que cauciona a sua investidura, peço que Kay Rala Xanana Gusmão seja acolhido na congregação dos doutores da Universidade de Coimbra pela concessão do grau de doutor *honoris causa*.

Coimbra, 28 de Setembro de 2011

António Sousa Ribeiro

(Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Coimbra)